

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.555.656 - SP (2019/0225701-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : BOURROUL CONSULTORES SOCIEDADE ANONIMA
ADVOGADOS : JÚLIO NICOLAU FILHO - SP105694
THELMA SILANO RAMOS - SP190106
REGINA BONILHA DOS SANTOS - SP344099
AGRAVADO : MOTEL FEITICO LTDA
AGRAVADO : FLAVIO SILVERIO SIQUEIRA
AGRAVADO : SHARON NOGUEIRA
ADVOGADO : EDSON RODRIGUES DOS PASSOS - SP108754

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BOURROUL CONSULTORES SOCIEDADE ANONIMA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de BOURROUL CONSULTORES SOCIEDADE ANONIMA, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes à subscritora do agravo e do recurso especial, Dra. Regina Bonilha dos Santos.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou, uma vez que não é possível identificar o subscritor da procuração de fl. 12.

Ressalto que a petição de fls. 2022/2024 não pode ser aceita para o fim de regularização da representação, em razão da preclusão consumativa, uma vez que já realizado o ato, por meio da petição de fl. 2019/2021, que veio sem os documentos.

Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

